

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.595.698 - MG (2019/0296847-1)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : MÔNICA ISLER MACHADO
ADVOGADO : MANOEL DE SOUZA GUIMARÃES JUNIOR - MG050762
AGRAVADO : J E N ADMINISTRACAO E PARTICIPACAO LTDA
ADVOGADOS : MARCOS CAMPOS DE PINHO RESENDE - MG075387
EDUARDO LEOPOLDO JOSE TORRES DE OLIVEIRA - MG134432

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MÔNICA ISLER MACHADO em desafio à decisão que inadmitiu recurso especial, este manejado com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado (e-STJ, fl. 985):

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO REIVINDICATÓRIA DE PROPRIEDADE CIC INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS - REQUISITOS DO ARTIGO 1228 DO CÓDIGO CIVIL - POSSE INJUSTA - REQUISITO DEMONSTRADO - LIMINAR - DEFERIMENTO

- Para o deferimento da antecipação de tutela na ação reivindicatória, nos termos do art. 1228 do Código Civil, é preciso que o autor demonstre alguns requisitos, quais sejam: (a) prova da titularidade do domínio; (b) individualização do bem reivindicado; e (c) comprovação da posse injusta exercida pela parte ré.

- Deve ser deferido o pedido liminar de imissão da parte autora na posse do imóvel, quando restar demonstrado nos autos a titularidade do domínio, a individualização do bem reivindicado e a posse injusta da parte ré."

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta violação dos arts. 1.201, 1.219, 1.255 do Código Civil e 489 e 1.022 do CPC/2015, além de dissídio jurisprudencial.

Afirma que as matérias suscitadas nas contrarrazões ao agravo de instrumento interposto na origem não foram enfrentadas e acentua que houve omissão do Tribunal de origem quanto à existência de casa edificada pela agravante nos lotes reivindicados, à existência de boa-fé frente ao contrato oneroso de aquisição dos terrenos e aos limites da imissão da posse pela agravada, uma vez que abarcaram a casa.

Argumenta, ainda, que possui direito de retenção do imóvel até o pagamento

das indenizações pelas acessões realizadas nos terrenos reivindicados.

Pleiteia a concessão da assistência judiciária gratuita e do efeito suspensivo ao recurso, bem como *"seja anulada a penalidade de 1% fixada nos embargos de declaração em ofensa a Súmula 98 do STJ"* (e-STJ, fl. 1.074).

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, defiro o pedido de assistência judiciária gratuita formulado nas razões do apelo extremo, impondo-se ressaltar que tal providência não opera efeito retroativo, cabendo ao beneficiário o pagamento das custas e despesas já havidas.

Noutro vértice, extrai-se dos autos que a parte agravada ajuizou ação reivindicatória cumulada com indenização em desfavor da agravante, ocasião em que pleiteou o deferimento de tutela de urgência para que fosse imitada na posse do imóvel objeto do litígio, que foi indeferida pelo magistrado de primeiro grau.

Tal decisão ensejou a interposição de agravo de instrumento, ao qual o Tribunal de origem deu provimento para conceder a tutela antecipada, nos seguintes termos:

"Como sabido, para o deferimento da antecipação de tutela na ação reivindicatória, nos termos do art. 1228 do Código Civil, é preciso que o autor demonstre alguns requisitos, quais sejam. (a) prova da titularidade do domínio; (b) individualização do bem reivindicado; e (c) comprovação da posse injusta exercida pela parte ré.

No caso dos autos, ao examinar a inicial da ação proposta pela parte agravante, parece-me presente a probabilidade do direito, uma vez que ela individualizou os imóveis e comprovou a sua propriedade através das matrículas de nºs 14.790 e 14.791 do registro de Imóveis de Nova Lima/MG (ff. 58/61).

Ademais, a princípio, parece-me que a posse injusta da parte agravada restou caracterizada nos autos pelo acórdão de ff. 577/587, que deu provimento ao recurso de apelação interposto pela parte agravante nos autos da ação de usucapião movida pela parte agravada, para julgar improcedente o pedido inicial, já transitado em julgado.

Quanto ao alegado direito de retenção da parte agravada, em sede de cognição sumária, parece-me que não há como deferi-lo, haja vista que ela não demonstrou nestes autos de agravo ser possuidora de boa-fé.

E, assim sendo, é cediço que o artigo 1.220 do Código Civil estabelece que "ao possuidor de má-fé serão ressarcidas somente as benfeitorias necessárias; não lhe assiste o direito de retenção

pela importância destas, nem o de levantar as voluptuárias".
(e-STJ, fl. 988)

Como visto, a Corte local analisou todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia, de modo que não há como reconhecer qualquer omissão ou falta de fundamentação no acórdão atacado.

Reconheceu aquele Tribunal, a propósito, a presença da dos requisitos para a concessão da antecipação de tutela na ação reivindicatória. Nesse contexto, afastar a conclusão adotada no acórdão recorrido, à luz das provas contidas nos autos, tal como pretendido pela agravante, é providência que no âmbito do recurso especial encontra óbice na Súmula 7/STJ.

A propósito, sirvam de ilustração os seguintes precedentes:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SOCIEDADE. DISSOLUÇÃO PARCIAL. DATA. DECISÃO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 7/STJ E 735/STF.

1. A jurisprudência deste STJ, à luz do disposto no enunciado da Súmula 735 do STF, entende que, via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito. Apenas violação direta ao dispositivo legal que disciplina o deferimento da medida autorizaria o cabimento do recurso especial, no qual não é possível decidir a respeito da interpretação dos preceitos legais que dizem respeito ao mérito da causa.

3. A verificação do preenchimento ou não dos requisitos necessários para a antecipação de tutela, no caso em apreço, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, inviável em sede de recurso especial, a teor do enunciado nº 7 da Súmula do STJ, respectivamente.

*4. Agravo interno a que se nega provimento." (AgInt no AREsp 1.085.584/SP, Relatora a Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, DJe de 14/12/2017)*

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA. MEDIDA CAUTELAR DE SEQUESTRO CONCEDIDA EM PRIMEIRO GRAU. REVOGAÇÃO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. NATUREZA PRECÁRIA DA DECISÃO. REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPADA. ACÓRDÃO QUE FIRMOU SUAS

CONCLUSÕES A PARTIR DAS PROVAS E DOS FATOS APRESENTADOS NOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DESTA CORTE. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Em regra, não cabe recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, dada a natureza precária da decisão, nos termos do enunciado n. 735 da Súmula do STF.

2. Ademais, a revisão das premissas fáticas nas quais se assentou o acórdão para revogar a tutela antecipada encontra, na via especial, óbice na Súmula 7 desta Corte.

*3. Agravo Interno desprovido." (AgInt no AREsp 986.163/MA, Relator o Ministro **MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, DJe de 31/5/2017)*

À luz da Súmula 735/STF, a jurisprudência deste STJ firmou-se no sentido de que via de regra, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, em razão da natureza precária da decisão, sujeita à modificação a qualquer tempo, devendo ser confirmada ou revogada pela sentença de mérito.

Ademais, as alegações de violação dos arts. 1.201, 1.219, 1.255 do Código Civil não merecem ser conhecidas, porquanto a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça assinala que a única ofensa a dispositivo de lei federal passível de análise em recurso especial interposto contra decisão que nega ou concede medida cautelar ou antecipação de tutela é somente aquela que diz respeito aos requisitos do art. 300 do Código de Processo Civil/2015, sendo inviável eventual discussão relacionada com o mérito da ação principal.

Por fim, quanto ao afastamento da multa por oposição de embargos protelatórios, o recurso atrai a incidência da Súmula 284/STF, na medida em que não apontado o dispositivo de lei eventualmente violado, caracterizando deficiência na fundamentação do recurso por inobservância da técnica própria, sendo certo que enunciado sumular não se enquadra no conceito de lei federal.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília/DF, 18 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator